

**Aviso n.º 115/06**

Para os devidos efeitos, torno público que, por meu despacho de 9 de Novembro de 2006, renovei por mais um ano o contrato a termo certo resolutivo, celebrado anteriormente com Isabel Maria Lopes Rodrigues, com a categoria de assistente de acção educativa.

13 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Francisco Gomes Monteiro*.  
1000307966

**Aviso n.º 116/06**

Para os devidos efeitos, torno público que, por meu despacho de 8 de Novembro de 2006, renovei por mais um ano o contrato a termo certo resolutivo, celebrado anteriormente com Carla Helena Augusto Granjal, com a categoria de auxiliar administrativa.

13 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Francisco Gomes Monteiro*.  
1000307967

**CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE****Aviso****Discussão pública**

Fernando João Couto Cepa, presidente da Câmara Municipal de Esposende, torna público que, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 27.º e do n.º 3 do artigo 22.º, ambos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, se encontra em discussão pública a alteração ao licenciamento de operação urbanística de loteamento aprovado pelo alvará de loteamento n.º 19/78 — processo n.º 971/77, alteração esta requerida pelo município de Esposende e outros, com residência na Praça do Município, freguesia de Esposende e concelho de Esposende, e que incide sobre o prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Esposende sob o n.º 6213 da freguesia de Forjães.

Mais torna público que a discussão pública se fará por um período de 15 dias, contados após passarem outros 15 dias sobre a data da publicação deste aviso no *Diário da República*, sendo certo que o processo se encontra patente para consulta na Divisão de Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Esposende, sita no edifício dos Paços do Concelho, Praça do Município, em Esposende.

As reclamações, sugestões ou meras observações deverão ser entregues, por escrito, no local acima referido, durante o prazo de discussão pública.

15 de Novembro de 2006. — Pelo Presidente da Câmara, (*Assinatura ilegível*).  
3000220018

**CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS****Aviso****Licenciamento de operação de loteamento urbano  
Fonte Cova — Airães****Discussão pública**

Dr.ª Fátima Felgueiras, presidente da Câmara Municipal de Felgueiras, torna público que, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, decorre, por um prazo de 15 dias a contar do 8.º dia após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, o período de discussão pública relativa à operação de loteamento requerida por José Augusto Costa Teixeira.

A operação consiste na constituição de três lotes destinados a habitação colectiva e comércio, habitação colectiva e habitação unifamiliar, tendo merecido os pareceres favoráveis do Departamento de Planeamento desta Câmara.

Durante o prazo acima referido, o processo estará disponível, para consulta, no Gabinete de Atendimento Municipal desta Câmara, podendo ser formuladas sugestões ou reclamações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do processo de licenciamento em causa.

As sugestões ou reclamações deverão ser dirigidas, por escrito, à presidente da Câmara Municipal de Felgueiras.

Para constar e devidos efeitos se lavrou o presente aviso, que vai ser afixado nos lugares de estilo.

6 de Novembro de 2006. — A Presidente da Câmara, *Fátima Felgueiras*.  
1000307940

**CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA****Aviso n.º 253**

Anibal Manuel Guerreiro Cordeiro, vice-presidente da Câmara Municipal de Grândola, torna público, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, que a Câmara Municipal, reunida em 26 de Outubro de 2006, deliberou, por unanimidade, proceder à abertura de um período de discussão pública, respeitante ao Plano de Pormenor da UNOP 3 do PU de Tróia, estabelecendo-se um prazo de 22 dias úteis, contados a partir do 10.º dia útil seguinte à data da publicação do respectivo aviso no *Diário da República*.

Mais se informa que no decurso do período de discussão pública haverá lugar a uma apresentação pública da proposta do Plano.

O Plano poderá ser consultado na Junta de Freguesia do Carvalhal, na Biblioteca Municipal de Grândola e na Direcção de Projecto para o Planeamento e Gestão das Áreas de Desenvolvimento Turístico da Câmara Municipal de Grândola, sendo este último o local onde poderão ser esclarecidas as questões relacionadas com a proposta em discussão, todos os dias úteis, durante o horário normal de expediente, entre as 9 e as 16 horas.

As sugestões, reclamações ou outras informações devem ser apresentadas, por escrito, devidamente fundamentadas e, sempre que possível, acompanhadas por planta de localização, no prazo acima mencionado e endereçadas ao presidente da Câmara Municipal ao cuidado da Direcção de Projecto para o Planeamento e Gestão das Áreas de Desenvolvimento Turístico, via correio ou entregues em mão nos serviços de atendimento da referida Direcção de Projecto.

13 de Novembro de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Anibal Cordeiro*.  
3000220068

**CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES****Aviso****Nomeação**

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do vereador de Pessoal datado de 31 de Outubro de 2006, no uso de competências ao abrigo do n.º 2 do artigo 69.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foram nomeados, nos termos do n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, os candidatos aos concursos interno de acesso geral, Luís António Ribeiro Abreu Alves e Joaquim Manuel Sousa Gomes, para três lugares de fiscal municipal especialista, Fernando Silva e Ricardo Nuno Carvalho dos Santos, para dois lugares de fiscal municipal principal, e Ricardo Jorge Alves Martins, para um lugar de fiscal municipal de 1.ª classe, abertos por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 89, de 9 de Maio de 2005.

O nomeado Luís António Ribeiro Abreu Alves será remunerado pelo escalão 1, índice 269, o nomeado Joaquim Manuel Sousa Gomes será remunerado pelo escalão 4, índice 316, os nomeados Fernando Silva e Ricardo Nuno Carvalho dos Santos serão remunerados pelo escalão 2, índice 249, e o nomeado Ricardo Jorge Alves Martins será remunerado pelo escalão 1, índice 222, conforme Estatuto Remuneratório dos Funcionários e Agentes da Administração Pública, e tomarão posse no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso.

Isento de visto do Tribunal de Contas (artigo 46.º n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto).

31 de Outubro de 2006. — O Vereador de Pessoal, *Domingos Brançan*.  
3000220076